

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.162 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2000

## OS GRANDES NÚMEROS DO ORÇAMENTO

RUBRICA	2000 Reprogramado	2001
Receitas	233,8	268,9
Despesas com pessoal	55,0	59,2
Previdência	65,7	72,8
Juros (líquido)	46,7	45,4
Transferências a estados e municípios	35,5	39,7
Áreas sociais	32,9	42,4
Infra-estrutura	2,4	3,3

Números em bilhões de reais

## Relator apresenta no início de outubro parecer sobre Orçamento de 2001

A Comissão de Orçamento conhecerá no próximo mês o parecer do relator-geral, senador Amir Lando, a respeito das receitas previstas no projeto orçamentário para 2001

PÁGINA 3



**Servidora inativa do Senado faz 100 anos de idade**

PÁGINA 4

**Prazo para clube virar empresa poderá mudar**

PÁGINA 2



Se o projeto do senador Carlos Bezerra for acatado, os acordos com o Fundo Monetário Internacional só entrarão em vigor depois de aprovados pelo Plenário do Senado

## BEZERRA QUER TORNAR OBRIGATÓRIA APRECIÇÃO DE ACORDOS COM O FMI

PÁGINA 3

**Projeto prevê pena de até quatro anos de prisão para o mau gestor público**

PÁGINA 3



Peças de artesanato estão entre os objetos que podem ser vistos na Galeria Senado

**Exposição resgata história, cultura e cotidiano do povo viking**

PÁGINA 4

## CCJ discute entrega de plano de governo ao Congresso

Possibilitar uma presença mais forte do Congresso Nacional na discussão das metas governamentais e da situação do país está entre os objetivos do senador Eduardo Suplicy



Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda constitucional do senador Eduardo Suplicy que obriga o presidente da República a comparecer ao Congresso Nacional para apresentar, na abertura da sessão legislativa, a mensagem e o plano de governo. Suplicy também quer permitir que, a exemplo de outros países, os líderes partidários possam se manifestar a respeito.

PÁGINA 2

# Proposta obriga presidente a expor seus planos

Suplicy pretende assegurar a presença do chefe do Executivo a cada abertura de sessão legislativa, para apresentar pessoalmente objetivos e metas do governo, além de fazer um balanço das realizações

A fim de tornar mais explícita a responsabilidade do governo com suas metas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprove proposta de sua autoria que obriga o presidente da República a trazer ao Congresso a mensagem e o plano de governo por ocasião da abertura da sessão legislativa. O relator do texto, que está pronto para ser votado, é o senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Observando que, desde a pro-

clamação da República, um ministro é incumbido de trazer a mensagem do governo ao Legislativo, Suplicy lembrou que hoje é o chefe da Casa Civil quem desempenha essa missão. Lembrou também que, lida essa mensagem pelo primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, em sessão do Congresso Nacional, nenhum parlamentar é autorizado a falar.

Conforme o senador, isso impede uma maior interação entre os congressistas e o presidente da

República a respeito da mensagem que faz uma exposição da situação do país e das metas governamentais para construir uma sociedade mais livre e justa, conforme estabelece a Constituição.

Para Suplicy, seria mais natural que o próprio governante, a exemplo do que ocorre em vários países, comparecesse ao Congresso e expressasse de viva voz sua mensagem e seu plano de governo. Dessa forma, ele afirma que o presidente faria um balanço de sua

administração, expondo perante aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar o Executivo os avanços, dificuldades e maneiras de alcançar seus objetivos.

Na mesma proposta, Suplicy prevê que seja dada oportunidade aos líderes dos partidos, em cada uma das Casas do Congresso, para exporem sua avaliação sobre a mensagem presidencial, facultando-se ao presidente da República o direito de resposta. Essa oportunidade de os partidos políticos, por intermédio

de seus líderes, externarem suas impressões sobre o relato presidencial e a situação do país, no entender de Suplicy, tornará mais democrático o debate sobre as metas e os planos do governo.



Rocha é autor do projeto que prorroga para 2002 prazo em que clubes devem tornar-se empresa

## Comissão de Educação aprecia projeto que concede novo prazo para clubes de futebol

A Comissão de Educação apreciará projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que prorroga para 30 de junho de 2002 o prazo em que os clubes de futebol terão de transformar-se em empresas. O relator da matéria, senador Djalma Bessa (PFL-BA), manifestou-se contrário à aprovação do projeto, por entender que a lei torna facultativa, e não obrigatória, a transformação dos clubes em empresa.

Djalma Bessa acrescentou que a chamada Lei Pelé, a princípio, propunha que os clubes de futebol fossem transformados simplesmente em empresas. A matéria, segundo ele, gerou amplas discussões e a comissão especial criada para analisar a respectiva medida provisó-

ria chegou à conclusão de que o melhor caminho seria dar aos clubes o direito de optar entre ser uma empresa ou uma sociedade comercial, criada para administrar as suas atividades profissionais.

O relator da matéria entende, por tudo isso, que o projeto de Sebastião Rocha ficou prejudicado, tendo em vista recente dispositivo, já sancionado pelo presidente da República, que torna facultativa, e não obrigatória, a transformação dos clubes em sociedades de fins econômicos e em sociedades comerciais. Por isso, no entender de Djalma Bessa, a prorrogação do prazo para 2002, conforme o propósito, não tem mais sentido.

## Figuene vê democracia fortalecida na América do Sul

O senador Ribamar Figuene (PFL-MA) afirmou que a decisão do presidente do Peru, Alberto Fujimori, de convocar novas eleições presidenciais, sem participar delas como candidato, irá fortalecer a democracia na América do Sul. "Não fiquei surpreendido com os desdobramentos políticos da crise peruana porque, desde o princípio, percebi que a insistência de Fujimori em obter um terceiro mandato não iria dar certo", disse.

Em entrevista à Agência Senado, Figuene afirmou já existir um consenso popular na América do Sul, exigindo que prevaleça a democracia. O povo está convencido de que o sistema democrático é o melhor que existe, uma vez que implica representatividade popular, compromissos e obrigações por parte dos governantes, além de honestidade de propósitos, observou.

Durante o período eleitoral no Peru, ficou claro que não havia o consentimento do povo para que Fujimori ficasse na Presidência por mais um mandato, argumentou Figuene. O povo nas ruas, as notícias veiculadas na imprensa escrita e televisionada já deixavam patente o protesto e a insa-



Figuene: desde o início ficou clara a insatisfação popular com o terceiro mandato de Fujimori

tisfação com Fujimori.

O senador não acredita que possa haver qualquer intenção golpista por parte de Fujimori, fingindo uma renúncia para conseguir retornar posteriormente ao poder. "As Forças Armadas representam a garantia e a salvaguarda de que o processo é legítimo, porque os militares peruanos entenderam ser melhor ficar ao lado do povo do que contra ele", declarou Figuene.

**ELEIÇÕES NO MARANHÃO**  
O senador está acompanhando com especial interesse o processo eleitoral em seu estado, o Maranhão, e elogiou o trabalho da Justiça Eleitoral. "Como já fui juiz eleitoral, fico gratificado em ver a disposição da Justiça em cumprir exemplarmente a lei", frisou.



Eduardo Suplicy acredita que o comparecimento do presidente permitirá debate sobre o país

Brasil 500



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO  
PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30 - Sessão não deliberativa  
Quinta-feira  
10h - Sessão não deliberativa  
Sexta-feira  
9h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira  
12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: Vovô...zona, de Raja Gosnell. Auditório  
Petronio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalma Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Amir Lando apresenta dia 4 relatório sobre o Orçamento

Segundo o relator-geral da proposta orçamentária para 2001, mudanças serão implementadas com intenção de adiantar as votações

O relator-geral do projeto de lei orçamentária para 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), apresentará no dia 4 de outubro à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização seu relatório sobre as receitas, alterando a tradição de só anunciar a arrecadação depois de votados os sub-relatórios setoriais. Com isso, quando for iniciado o período de apresentação de emendas e discussão da proposta orçamentária, os senadores e deputados já saberão qual é o limite para os gastos.

O relatório sobre as receitas é um dos pontos polêmicos no projeto de Orçamento Geral da União, pois raramente o Congresso concorda com as previsões do governo. No Orçamento de 2000, por exemplo, os parlamentares aumentaram as previsões de arrecadação em cerca de R\$ 5 bilhões.

No projeto orçamentário para 2001, já surgiram críticas quanto à



Amir Lando quer garantir que este ano as emendas sejam apresentadas somente quando os limites de gastos forem conhecidos

previsão do governo de usar R\$ 1,4 bilhão de contribuição previdenciária dos inativos federais. Essa cobrança ainda terá de ser aprovada na Câmara e no Senado, e muitos parlamentares prevêem que a votação será demorada. O próprio relator-geral, Amir Lando, já criticou o uso dessa "receita condicionada".

O relatório das receitas será elaborado com a ajuda de um comitê integrado por cinco parlamentares, liderados pelo relator-geral. A idéia é chegar a números "totalmente realistas", na expressão do senador Amir Lando, o que evitaria cortes do presidente da República no Orçamento aprovado pelo Congresso.

Na mesma reunião da Comissão de Orçamento no próximo dia 4, os parlamentares votarão ainda os nomes dos relatores setoriais, encarregados de examinar as emendas apresentadas pelos deputados, senadores, bancadas estaduais e comissões. Até meados de outubro, a Comissão de Orçamento deverá votar proposta de mudança na resolução do Congresso que orienta o trabalho de discussão da proposta orçamentária. As mudanças objetivam reduzir algumas etapas na análise e votação do projeto de Orçamento, o que viabilizaria sua votação, pelo Congresso, até 15 de dezembro, último dia de trabalho parlamentar a cada sessão legislativa.

## CAE votará em outubro criação de fundo para as telecomunicações

A criação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), proposta pelo Executivo e já aprovada pela Câmara, deverá ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em outubro. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Wellington Roberto (PMDB-PB). Ele argumenta que o Funttel irá contribuir para o aperfeiçoamento tecnológico do setor, incentivando e ampliando a competição entre as empresas de telecomunicações.

O objetivo do fundo é estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos financeiros.

Para Wellington Roberto, a proposta é "irrepreensível". O senador sugere apenas, por meio de emenda, que seja acrescentado um representante do Ministério da De-

fesa no conselho gestor que administrará o fundo. "A atribuição do Ministério da Defesa no desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares por Satélite, que apóia o Sistema Militar de Comando e Controle, enquadra-se nos objetivos do Funttel", justifica. Os outros órgãos que terão representantes no conselho são os ministérios das Comunicações, da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O BNDES e a Finep serão também os agentes financeiros do fundo.

O patrimônio inicial do Funttel será composto pela transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Sua principal fonte de receita será um percentual de 0,5% das receitas brutas obtidas com as concessões, permissões e autorizações de servi-



Wellington Roberto, relator do projeto: Funttel contribuirá para o aperfeiçoamento do setor

ços de telecomunicações e de uso de radiofrequências. Obterá também recursos como a aprovação de laudos de ensaios de produtos, em percentual de no mínimo 1%, a ser fixado anualmente na lei orçamentária. Outra fonte prevista para o Funttel é a contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas.

## Proposta que pune mau administrador recebe emendas

A autorização de aumento de despesas com pessoal nos seis meses anteriores ao final do mandato poderá levar o governante a ser punido com reclusão de um a quatro anos. A pena está prevista em projeto que define os crimes de responsabilidade fiscal, aprovado semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que receberá emendas pelo período de uma semana, a partir de hoje, junto à Mesa.

O projeto foi enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em abril, dois meses depois de ter sido aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, considerada pelo Poder Executivo como necessária ao equilíbrio das contas públicas. Aprovada pela Câmara, a proposta teve parecer favorável aprovado por unanimidade pela CCJ e aguarda inclusão na Ordem do Dia.

De acordo com o projeto, deverá ser punido com reclusão de um a dois anos o governante que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem autorização legislativa.

Ordenar despesa não autorizada por lei levará, segundo a proposta, à reclusão de um a quatro anos.

O projeto inclui oito novos dispositivos ao artigo da Lei nº 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária. Entre os novos dispositivos estão os que tipificam como crime a autorização de abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado e a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

Passam a constituir infração administrativa, de acordo com o projeto, iniciativas como as de não enviar ao Poder Legislativo o relatório de gestão fiscal, nos prazos estabelecidos em lei, e propor leis de diretrizes orçamentárias que não contenham metas fiscais. A pena prevista para essa infração é multa de 30% dos vencimentos anuais do agente governamental responsável pela medida.

## Projeto de Bezerra submete ao Senado acordos com FMI

Todo acordo a ser assinado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá ser aprovado pelo Plenário do Senado antes de entrar em vigor. Projeto com esse objetivo, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em sua próxima reunião.

Bezerra argumenta que o governo deve submeter ao Senado qualquer proposta de endividamento, inclusive os acordos com o FMI, que "tem ficado de fora", apesar de "seu impacto formidável na dívida externa brasileira". Isso vem ocorrendo porque resolução de 1989 do próprio Senado permitiu essa "grave lacuna". A equipe econômica do governo, acrescenta o senador, aproveita-se da omissão para não submeter aos senadores os acordos com o Fundo Monetário.

Os acordos com o FMI mexem com toda a dívida externa brasileira e às vezes representam "aumento no endividamento público da ordem de dezenas de bilhões de dólares", afirma o senador. Além disso, conforme Carlos Bezerra, os acordos vêm sempre acompanhados de programas de ajuste que mudam o



Bezerra pretende que qualquer proposta de endividamento seja debatido pelo Senado

Orçamento da União, a política monetária e a política fiscal, além de afetar outras áreas. Assim, o exame da matéria pelo Senado é "mais que justo", afirma o senador.

O relator da proposta na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Francelino Pereira (PFL-MG), já apresentou parecer favorável ao projeto. Se aprovado pela comissão e pelo Plenário, a mudança entrará em vigor imediatamente, sem necessidade de ser votada pelos deputados, pois compete privativamente ao Senado tratar de endividamentos da União, dos estados e dos municípios.

# Saturnino quer ampliar benefícios a idoso carente

Senador pretende aumentar o universo de pessoas idosas ou portadoras de deficiência que fazem jus a um salário mínimo mensal. Para ele, milhares de necessitados estão à margem do que prevê hoje a Lei 8.742

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentou projeto de lei para ampliar o universo de pessoas idosas ou portadoras de deficiência com insuficiência econômica que terão direito ao benefício de um salário mínimo mensal (R\$ 151) para prover seu sustento. Nos termos da Lei 8.742, esse benefício atende a idosos ou portadores de deficiência cuja renda *per capita* mensal da família não exceda a um quarto de salário mínimo (R\$ 37,35). O parlamentar propõe elevar esse limite para

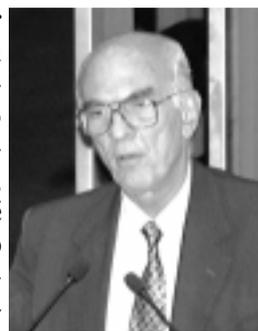
meio salário (R\$ 75,5), ampliando o número de beneficiários:

— Estamos propondo que será considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idoso a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a meio salário mínimo, em vez de um quarto do salário mínimo *per capita*, como a lei dispõe atualmente — explicou.

Na avaliação do senador, a limitação imposta pela atual legislação deixa milhares de pessoas carentes à margem do benefício, e

os que conseguem ter acesso a ele enfrentam dificuldades para sobreviver, devido ao seu baixo valor. Saturnino argumenta que, se no momento não é possível aumentar o salário mínimo, deve-se, pelo menos, procurar estendê-lo a mais pessoas.

O projeto de Roberto Saturnino altera o parágrafo 3º do artigo 20



Saturnino: estender o benefício a um maior número de necessitados

da Lei 8.742 e será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado em caráter terminativo. Isso significa que, caso seja aprovado e não receba recurso de um décimo dos senadores para manifestação do Plenário da Casa, a matéria seguirá para apreciação pela Câmara dos Deputados.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO HOJE

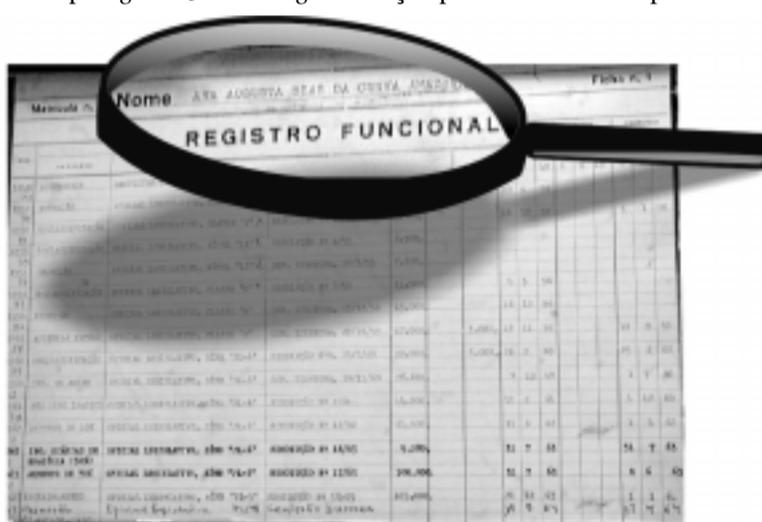
6h30 — *Debate* — Senador Edison Lobão e o ministro Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário  
7h30 — *Entrevista Especial*: O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde  
8h30 — *TV Escola* — 500 Anos: Brasil-Colônia  
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)  
11h — *Entrevista Especial* — O médico Eduardo Gomes fala sobre como envelhecer com saúde  
12h — *Especial* — Juscelino Kubitschek  
12h30 — *Revista Brasília*  
13h30 — *Debate* — Senador Edison Lobão e o ministro Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — *Revista Brasília*  
19h30 — *Debate* — Senador Edison Lobão e o ministro Paulo Costa Leite, presidente do STJ, falam sobre a reforma do Judiciário

20h30 — *Entrevista* — O cientista Marcelo Gleiser fala sobre o avanço da ciência e da cidadania  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
Logo após — *Revista Brasília*

### RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e Informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



O registro funcional de dona Augusta, que tomou posse em 6 de junho de 1949: "dactilógrafa" com o salário de 2 mil cruzeiros

## Senado homenageia funcionária aposentada que completa 100 anos

O Senado presta uma homenagem, na sessão plenária de hoje, à funcionária aposentada Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas, que completa 100 anos de idade. Ela é a primeira funcionária do Senado a atingir esta idade. O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, disse que Ana Augusta é um exemplo para os servidores, por ter sempre se destacado pela excelência do seu trabalho.

A história de vida da funcionária se confunde com a da própria instituição, que completou 126 anos em maio último. Nascida em 19 de setembro de 1900, em Laguna, Santa Catarina, Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas foi admitida no Senado Federal em 6 de junho de 1949, como datilógrafa, com matrícula de número 59. Com o cargo de oficial legislativo, ocupou várias funções até a aposentadoria,

em 22 de janeiro de 1964.

A professora normalista começou a trabalhar em 1918 no governo de Santa Catarina. No Senado, iniciou sua vida profissional no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, vindo posteriormente para Brasília. Exerceu diversas funções, como datilógrafa, secretária e auxiliar de gabinete. Trabalhou com os então senadores Nereu Ramos, Apolônio Sales e João Goulart, entre outros, e conta com uma ficha funcional repleta de elogios. Ana Augusta ficou viúva em 1960 e tem uma filha, Beatriz Amazonas Cardoso, com quem vive em São Paulo. A funcionária aposentada tem três netos e uma irmã, Gabriela Amazonas, que tem 96 anos. Ana Augusta sofreu recentemente um acidente vascular cerebral e por isso não poderá comparecer à homenagem hoje.

## Exposição conta a história do povo viking

Quem quiser saber um pouco mais sobre o povo viking e a Noruega poderá visitar a exposição inaugurada ontem na Senado Galeria (espaço que divide os prédios dos anexos I da Câmara e do Senado) durante o horário de expediente da Casa. A mostra, intitulada *Noruega e a Era Viking*, acontece até o dia 27 de setembro e pode ser vista pelo público em geral. O evento é organizado pela Secretaria de Relações Públicas do Senado.

A exposição realiza-se por iniciativa da Embaixada da Noruega, que pretende divulgar a cultura, o cotidiano, a religião e o artesanato daquele povo. De acordo com material explicativo distribuído pela embaixada, os vikings ficaram famosos por seu papel de senhores do mar e piratas ferozes e cruéis. "Mas esta não é toda a história", esclarece o folheto distribuído pela embaixada, informando que eles eram também camponeses, poetas, legisladores, artistas e exploradores de mares desconhecidos, tendo sido responsáveis ainda pela fundação de novos países.

Os visitantes poderão conhecer a história dos vikings por meio de painéis e fotos de objetos que pertenceram a esse povo e que foram encontrados no barco de Oseberg, datado do ano 800 d.C., aproximadamente. Ferramentas, armas, jóias, utensílios domésticos e objetos entalhados em madeiras são alguns dos achados.

Paralelamente à mostra dos vikings há a exposição da série *Perfil da Noruega*, com apresentação de dados sobre a modernidade industrial nos setores de energia e petróleo, *design*, pesca, esportes e cultura dos noruegueses, além de bonecas em diferentes trajés típicos do país.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7